

REFUGIADOS DA GUERRA CIVIL DE ESPANHA EM CAMPO MAIOR

Rui Rosado Vieira

Professor de História Aposentado

A generalidade das testemunhas presenciais dos dramas ocorridos em Campo Maior, em consequência da Guerra Civil iniciada em 1936 no país vizinho, já não está entre nós e são raros ou nenhuns os relatos escritos deixados sobre o nefasto acontecimento.

O texto que segue fundamenta-se em informações de diferente natureza e origem.

Umás provém de memórias que guardo desde os meus tempos de criança.

Outras foram-me transmitidas oralmente por campomaiorenses que presenciaram os factos narrados, que passei a escrito ou recolhi em gravação áudio.

Outras ainda, provém de pequenos trabalhos escolares, que ainda conservo, produzidos por alunos da Escola Secundária de Campo Maior, quando ali exerci a docência na disciplina de História.

Contava-me minha mãe, alguns anos depois do fim da guerra, que às primeiras horas da manhã de 14 de Agosto de 1936 - eu nasceria cerca de seis meses depois - encontrando-se na varanda da casa em que residia em Campo Maior, estendendo a roupa para secar, ouviu estrondos que fizeram tremer as portas e janelas da casa.

Após alguma perplexidade, as gentes da vizinhança assustadas com a intensidade dos sons, concluíram tratar-se de explosões ocorridas, certamente, na próxima cidade de Badajoz.

Continuava o relato dizendo que, horas depois e nos dias imediatos, algumas casas da rua em que residia, incluindo a sua, localizada nas proximidades de uma das entradas na Vila mais próxima da estrada que ligava a Badajoz, enchiam-se de espanhóis apavorados, fugindo aos bombardeamentos sobre aquela cidade, pela aviação e artilharia franquista.

Com tal ação bélica dava-se início ao decénio mais negro da história daquela cidade espanhola. Misérias e dramas que, em parte não despidiendá, tiveram como cenário Campo Maior durante os anos seguintes.

Deve afirmar-se que o governo português, dirigido por Salazar, não escondia as suas simpatias pelos autores do golpe militar contra à República do país vizinho, fornecendo ajuda aos revoltosos e ordenando o encarceramento dos espanhóis que procuravam refúgio em Portugal, e a sua entrega aos franquistas em Badajoz. Posicionamento que, a nível local, tinha o apoio dos grandes agrários do concelho.



Fonte das Negras, um dos lugares de entrada dos refugiados espanhóis em Campo Maior

Nos dias imediatos à tomada daquela cidade pelas tropas de Franco, e à fuga de centenas dos seus moradores em direção à Vila alentejana, as autoridades policiais portuguesas – Guarda Nacional Republicana, Polícia de Segurança Pública, Guarda Fiscal, e Polícia de Vigilância e Defesa do Estado - lançam-se na perseguição aos refugiados, de tal modo que cerca de três semanas depois, por já não caberem nas cadeias daquelas duas primeiras instituições, os espaçosos celeiros da Federação Nacional dos Produtores de Trigo, em Campo Maior, são transformados em ampla casa de reclusão.

Parte considerável desses presos vão ter fim bem trágico.

De mãos atadas e ligados entre si, homens, mulheres, velhos e crianças, colocados entre guardas republicanos montados a cavalo, são escoltados até à próxima fronteira do Retiro e entregues aos dirigentes franquistas que, após certa triagem, os conduzem à Praça de Touros de Badajoz, onde serão fuzilados.

Processo que se irá repetir até cerca do ano 1945, tantas vezes quanto as necessárias.

As perversidades, misérias e sofrimentos iniciados em Badajoz no Verão de 1936, vão se prolongar em Campo Maior até à década de cinquenta do século passado. Face aos quais, a maioria da população campomaiorense, pobre e impotente, pouco mais foi que testemunha solidária.

A Vila alentejana, de acesso fácil e situada a cerca de uma dúzia de quilómetros de distância de Badajoz, vai ser lugar de abrigo ou de passagem, não só de cidadãos comuns, como de militares e políticos republicanos que em fuga procuram abrigo no interior da povoação ou meios que lhe permitam viajar para França ou México.

Logo em 15 de Agosto de 1936, a Guarda Fiscal de Campo Maior, prende no posto fiscal do Retiro, vindos de Badajoz em dois automóveis e com armas e munições em seu poder, *“o governador militar de Badajoz, coronel Puigdemontas, um major Ibañez, um capitão, dois sargentos, soldados e civis de categoria, todos apoiantes do governo de Madrid”*⁽¹⁾

Lembro-me de ter 7 ou 8 anos de idade e residindo na casa antes referida, ter ouvido meus pais, certa noite, levantarem-se da cama e dirigirem-se à janela do primeiro andar que dava vista para a rua. Com a curiosidade própria da idade, procurei observar o que se passava.

Pude ver, caminhando no empedrado, duas ou três dezenas de mulheres e homens, amarrados uns aos outros, entre os quais várias crianças, enquadrados por guardas republicanos de cavalaria. Imagens que haviam de me acompanhar ao longo da vida.

Recordo-me de, por esses anos, num princípio de noite fria, em data muito próxima do Natal, estando com a família à braseira, no rés-do chão da casa atrás mencionada, termos ouvido murmúrios junto à porta de rua.

(1) PT-AHM-DIV-1-38-38_08; Idem, _10.

Alguém entre nós foi verificar a origem dos rumores. Eram dois meninos enrolados a uma manta que procuravam abrigar-se das intempéries invernais, acomodando-se no degrau de entrada na casa. Tratava-se de duas das muitas crianças espanholas que, naqueles anos, perdidas dos pais, vagueavam pelas ruas da Vila. Eram irmãos, cujos nomes já não recordo, um tinha 7 anos, outro 14.

Provavelmente, tocada pela atmosfera natalícia que então decorria, ou pela coincidência da idade de ambos ser muito semelhante à de seus dois filhos, minha mãe, alimentou-os e acomodou-os em casa durante mais de dois anos, até um familiar das referidas crianças as ter localizado e levado consigo para Espanha.

A presença de refugiados na Vila, ainda que em decrescendo, vai prolongar-se até aos anos cinquenta do séc. XX.

Tenho presente na memória de, sendo adolescente, ver numerosos indivíduos do país vizinho, de ambos os sexos e das mais das variadas idades, semiescondidos, em lugares escosos da Vila, apanhando sol. Gente mal agasalhada e com fome, que sobrevivia prostituindo-se, ou mendigando pão de porta em porta, e dormindo, com receio sempre presente de ser presa pelas autoridades portuguesas, em cavalariças instaladas na periferia da Vila.

Seres humanos que dificilmente conseguiam obter, junto da generalidade da população local, o apoio de que necessitavam.

Deve dizer-se que os habitantes da Vila eram, na grande maioria, gente muito pobre, constituída por grande massa de trabalhadores rurais com baixos salários, ocupados nas atividades sazonais da agricultura, sem trabalho na maior parte do ano e desprovidos de quaisquer outros meios de subsistência.

A ferocidade contra os suspeitos de apoiar o Governo de Madrid foi tal que, até naturais de Portugal, sofreram as violências das ações dos falangistas.

No Verão de 1936, trabalhavam na ceifa de cereais nos campos de Badajoz, alguns portugueses que foram presos pelos militares franquistas e fuzilados em conjunto com os espanhóis, entre os quais o pai da campomaioense Maria Rosa Penha.

As rusgas executas pelas forças policiais portuguesas no interior da povoação e nos montes das herdades do concelho, onde se suspeitava estarem cidadãos espanhóis fugidos de Badajoz e de outros lugares circunvizinhos, constituía uma das formas mais usadas para a sua captura.

Tais ações repressivas tinham o acompanhamento da polícia política portuguesa que, para tal, abriu um posto no Largo Barão de Barcelinhos, em Campo Maior, chefiado por um agente de nome Seixas.

Com a finalidade de ajudar a identificar certos cidadãos do país vizinho, escondidos em Campo Maior, vinha expressamente de Badajoz um agente da polícia política espanhola, de apelido Castanho.

Contudo, nem todos os corpos policiais portugueses se distinguiram pelo afínco, na missão de perseguir os que haviam escapado de Badajoz.

Em ofício de inícios de Junho de 1943, o Presidente da Câmara Municipal de Campo Maior, informa o Governador Civil de Portalegre que, na área do seu concelho, existiam refugiados espanhóis que, para obter alimentos, praticavam assaltos à mão armada. Notícia que provoca agitação entre as autoridades responsáveis pelo controle político da região.

A PVDE - a polícia política instituída por Salazar em 1933 – na sequência daquela correspondência diz conhecer a presença desses expatriados no referido concelho. Gente que, em sua opinião, fazia parte de uma organização de “bandidos” muito perigosa, e que tais factos eram do conhecimento da Guarda Fiscal de Campo Maior. A mencionada polícia política termina o seu informe sugerindo a possibilidade de haver passividade ou mesmo confraternização, entre os agentes do dito posto da Guarda Fiscal e os citados exilados do país vizinho, e *“que se a G. F. não os queria prender podia, pelo menos, dar conhecimento superior da sua existência.”*⁽²⁾

Tratava-se, certamente, de uma atitude passiva por parte da Guarda Fiscal local, que apesar de criticada pela poderosa polícia política do regime, pouco contrairia a apertada perseguição aos republicanos espanhóis.

A denominada “Referta”, região arborizada entre a vila espanhola de Albuquerque e as aldeias portuguesas de Ouguela e Degolados, ambas no concelho de Campo Maior foi, no decurso da década de 1940, território de refúgio de republicanos espanhóis e, por tal motivo, com o objetivo de os capturarem, espaço de frequentes incursões das forças policiais e militares portuguesas.

(2) Carlos Pessoa, “A operação secreta que abalou o Alentejo”, Jornal “Público”, de 3 de Abril de 2011.

Operações que, salvo a realizada em finais de 1944, resultaram em fracasso, uma vez que os referidos foragidos, por serem previamente avisados, se esconderam noutros espaços do território fronteiriço.

O autor desses avisos salvadores, era um antigo funcionário do município campomaiorense, membro forçado da Legião Portuguesa, corporação paramilitar de apoio ao salazarismo, de nome João Pires Marchã São Pedro, já falecido, que sabendo previamente da programação de tal atividade bélica e sem que ninguém suspeitasse, se deslocava de bicicleta à referida “Referta”, para transmitir a importante notícia aos perseguidos.

Procedimento, cujo destemor vai ser superado por alguém que, correndo riscos elevados, não só impediu a prisão de vários refugiados espanhóis em Campo Maior, como encaminhou outros para o exílio no México, através da Embaixada deste país em Lisboa.

O autor de tão arrojados cometimentos foi alguém que, pelas funções que exercia, seria impossível imaginar - o comandante do Posto da Guarda Nacional Republicana de Campo Maior, de nome António Abrantes.

Foram várias as ocasiões, ao longo daqueles anos de perseguição aos refugiados espanhóis em Campo Maior, em que este militar, de forma sigilosa e em colaboração com o campomaiorense Francisco Candeias Azinhais, contribuiu para a minimização do sofrimento de diversos cidadãos do país vizinho e de suas famílias.



Rua do antigo Posto da G.N.R. em Campo Maior

O mencionado Francisco Azinhais, era trabalhador agrícola e residente, durante muitos anos, na Rua da Soalheira, em Campo Maior. Tinha, entre outros, um irmão mais velho, de nome Henrique Azinhais, que fora soldado numa Companhia da Guarda Nacional Republicana, no Quartel das Janelas Verdes, em Lisboa, entre 1925 e 1927.

O comandante dessa unidade da G. N. R. era o, também campomaiorense, Capitão Manuel António Vieira, oficial corajoso e de profundas convicções democráticas, pela defesa das quais se rebelou, juntamente com os homens sob o seu comando, em 7 de Fevereiro 1927, em resultado do qual foi preso, desterrado para Angola e afastado do serviço.⁽³⁾

Ali, no dito Quartel das Janelas Verdes, em Lisboa, durante aqueles anos, o referido Henrique Azinhais conviveu e criou amizade, com António Abrantes, então soldado daquela corporação e que, mais tarde, entre 1 de Janeiro de 1938 e 1 de Janeiro de 1945, sendo Sargento, viria a exercer funções de comandante do Posto da Guarda Nacional Republicana de Campo Maior.⁽⁴⁾

Relações de parentesco e amizade que vão permitir o estabelecimento de laços de estima e confiança mútua, entre Francisco Azinhais, irmão do dito Henrique, e o Sargento Abrantes, e a concretização, durante o tempo em que este esteve ao comando do dito posto da G.N.R., em segredo e com êxito, diversas ações de ajuda aos espanhóis escondidos em Campo Maior.

Condutas dignas de registo, a cuja narrativa dediquei um artigo, um pouco mais extenso que o presente, publicado no número extraordinário da Revista “O Pelourinho”, para “Encuentros de Relaciones Alentejo-Extremadura en el Siglo XX”, sob o título “Relações Alentejo-Extremadura. Guerra Civil Espanhola”, Maio de 1996, pp. 181-186.

O referido António Abrantes, nascera em Vila Velha de Ródão, em 1 de Maio de 1902. Seus pais foram António Abrantes e de Maria da Paz, ambos trabalhadores rurais, ocupação que também seu filho exercera, até antes de ingressar no exército. O mencionado sargento, tinha 36 anos de idade quando, em 1938, foi colocado em Campo Maior, onde se manteve até finais do ano

(3) Rui Rosado Vieira, “Um militar da 1ª República na luta pela democracia (1874-1951”, Edição: Editora Cidade Berço, Novembro 2017.

(4) Folha Militar de Serviços do Sargento António Abrantes.

1944, data em que terá sido transferido para Coimbra. Em Maio de 1952 encontrava-se, como comandante do Posto da G. N. R., em Ponte de Sor. (Anexo 1)

Lembro-me bem da sua figura, uma vez que era frequente vê-lo, com meu pai e mais dois o três amigos, numa das divisões interiores do estabelecimento comercial que o meu progenitor possuía, por aqueles anos, na Rua da Misericórdia, em Campo Maior. Ali, ao fim das tardes de sábado, passavam horas conversando, bebendo, petiscando e ouvindo fados, ao som de uma grafonola.

Era de mediana altura e, por esse tempo, já um tanto obeso e surgia, por regra, como figura central nas animadas tertúlias.

As representações visuais que, naqueles encontros, mais despertavam a minha atenção, eram a pistola e a enorme espada do Sargento Abrantes, penduradas no cabide de uma das divisões interiores da casa.

Mal sabia eu, e sobretudo os seus companheiros de convívio, que o portador daquelas armas, contrariando os ventos dominantes na época, intervinha, no seu espaço de ação, em sentido inverso ao que os políticos no poder naquela época sinistra, movidos pelo ódio, lhe ordenavam.

ANEXO 1

Unidade Batalhão 5 *Academia Militar*
 Estado menor *(B. 5. a. B. 5. n. 525*
 Esq. ou Comp.ª *C. E. do* *a 30-9-1954)*
 Secção de _____
 Posto de _____
 N.º 1651694A
 Nome Antonio Abrantes
 Situação de Simples *Adotado ao B1*

Pag. n.º _____
 Referência _____
 18-9-50
 12.840.00, f. 2
 com o n.º 8.598
 ordem e adit. 1
 B. 1.º em dom.
 l.º na pag.º
 c.º de Abrantes
 5.0119 de 1
 954



Estado civil				Estado militar			
Nasceu a 1 de Maio de 19 02 .				Alistado na G. N. R.			
Na freguesia de Vila Velha de Rodão				Em 31 de Março de 19 25			
Concelho de Vila Velha de Rodão				Veio do R. A. n.º 3			
Filho de Antonio Abrantes				Onde tinha o n.º 99 da 1.ª Bata			
E de Maria da Paz							
Estado casado com Julia da Conceição Gouveia							
Desde 8 de Setembro de 1929 .							
Número de pessoas de família a seu cargo <u>1</u>							
Ocupação ou profissão <u>Jornaleiro</u>							

Filhos	Verões		Fêmeas	
	1	2	1	2

Colocações e transferências na G. N. R.							Data dos diversos postos			
Unidades	C. ou E.	Números de		Dia	Mês	Ano	Postos	Dia	Mês	Ano
		C. E.	Mat.							
Batalhão nº 1	2ª	102	10440	31	Março	1925	Soldado	13	Janeiro	1923
"	1ª	2ª	102	10440	27	Setem ^a	Soldado-2ª	31	Março	1925
"	2ª	2ª	102	5703	1	Agosto	Soldado-1ª	27	Setembro	1925
"	2ª	2ª	102	5703	24	Maio	2º Cabo	24	Maio	1930
"	2ª	2ª	17	5703	18	Fev ^a	1º Cabo	18	Fevereiro	1934
"	4ª	4ª	6	5281	1	Janeiro	Furriel	1	Janeiro	1938
"	3ª	4ª	3	5281	1	Jan ^o	2.º sargento	23	Fevereiro	1945
"	3ª	F. C.	30	5281	26	Junho				1944
"	3ª	F. C.	30	30/25	1	Jan ^o				1948
Batalhão nº 5	2ª	C. E.	697/25	1	Agosto	1957				
"	2ª	C. E.	165	697/25	26	Junho				
Bat. nº 1						250093				

Liquidação do tempo de serviço		
No ano de	Anos	Dias
Até 31-12-941	18	264

Faleceu em 28 SET 73. (OSB1-53/81).

Folha de serviços do Sargento António Abrantes